

Nunes e Derrite endurecem discurso sobre segurança enquanto tentam se cacifar à sucessão de Tarcísio

Alguns deputados da bancada da bala avaliam que é preciso 'unir forças' para combater a criminalidade

Por Hyndara Freitas e Samuel Lima — São Paulo

De um lado, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) inaugura um “prisômetro” no centro da cidade, coloca a Guarda Civil Municipal (GCM) em peso na Avenida Paulista aos finais de semana e articula para expandir o sistema de reconhecimento facial por câmeras, o “Smart Sampa”, na região metropolitana. De outro, o secretário estadual de Segurança Pública, Guilherme Derrite (PL), apresenta indicadores de criminalidade em queda para contestar o desgaste pelos altos índices de letalidade policial e divulga como nunca antes o programa “Muralha Paulista” nas suas próprias redes sociais.

O endurecimento contra o crime tem sido colocado como uma tendência entre as prefeituras, reforçada pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de autorizar guardas municipais a realizarem policiamento ostensivo, antes restrito à Polícia Militar sob o comando dos estados. Em São Paulo, contudo, outro elemento surge: Derrite e Nunes estão sendo cotados a uma possível disputa pela sucessão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), caso o político decida se aventurar em uma eleição presidencial contra Lula (PT) em 2026.

Na semana passada, Nunes recebeu uma reunião de prefeitos do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo e sugeriu “exportar” o seu programa de monitoramento por câmeras, chamado “Smart Sampa”, para outras cidades do entorno da capital paulista — algo que, segundo ele, seria tratado com Tarcísio, seu principal aliado político nas eleições municipais do ano passado.

O gesto foi interpretado como uma tentativa de ampliar a influência justamente na área de Derrite, que apesar de ter conseguido reduzir indicadores criminais, tem tido dificuldades de transmitir sensação de segurança para a população. Ao mesmo tempo, houve aumento expressivo na letalidade e violência policial e

vieram à tona casos de corrupção nas policiais Civil e Militar. Além disso, a ampliação dos poderes das guardas municipais, responsáveis pelo gerenciamento dos sistemas de câmeras nas prefeituras, é uma pauta que favorece os prefeitos, mas pode gerar desconforto a quem integra o governo do estado.

O ganho de protagonismo das guardas, como um todo, desagradou a alguns comandantes da PM e a parlamentares próximos do setor, segundo apurou o GLOBO. Alguns deputados da bancada da bala avaliam que é preciso “unir forças” para combater a criminalidade, mas outros mais ligados à PM reclamam, por exemplo, da tentativa de mudança de nome das corporações, o que poderia causar confusão sobre a competência de cada um. A medida foi aprovada pelos vereadores em São Paulo e barrada em liminar na Justiça, cenário que se repete em outros municípios.

Alguns gestores presentes na reunião do Conselho esclareceram que, embora Nunes tenha defendido a eficácia do seu próprio sistema no evento, a implantação de modelos semelhantes passa por iniciativas próprias dos municípios ou convênios com o governo do estado e a União. É mais provável, portanto, que eles busquem recursos com Derrite, emendas parlamentares ou linhas de crédito subsidiadas para bancar os programas.

Eduardo Boigues (PL), prefeito de Itaquaquecetuba, entende que a articulação é importante para criar um “grande cinturão” de defesa contra o crime e procura de foragidos na região metropolitana, sobretudo para municípios mais carentes. A melhor aposta, contudo, seria integrar os sistemas de câmeras aos programas da Secretaria de Segurança Pública do Estado, algo que já foi feito no Vale do Paraíba no que diz respeito a equipamentos localizados nas entradas e saídas das cidades.

— A responsabilidade é de cada município. Não tem como a capital ficar em cima disso, a não ser para os seus bairros — aponta Boigues, que pretende licitar um sistema próprio em abril a ser composto por 500 câmeras, parte delas já em uso pela iniciativa privada. — O que pode ajudar demais é ter uma integração de todas as cidades dentro de um único sistema de monitoramento. Aí essa muralha eletrônica realmente funcionaria. Não adianta ter a tecnologia, o monitoramento, mas não ter o banco de dados para consulta imediata.

Nunes também tem prometido levar ao governador outras propostas para expandir projetos de sua alçada a outros municípios. Durante agenda com a vice-governadora do Ceará, Jade Romero, em um Armazém Solidário, Nunes defendeu que seja replicado o modelo de estabelecimentos que vendem produtos a preços

mais baixos à população de baixa renda inscrita no CadÚnico. Ele também tem articulado um movimento conjunto com outros gestores municipais para cobrar alterações na reforma tributária, e os municípios devem mover uma ação conjunta contra a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contestando a renovação do contrato com a distribuidora Enel por mais 30 anos.

Uma fonte com trânsito na prefeitura avalia, sob reserva, que se antes a prioridade era mostrar serviço na periferia, agora a ideia é apostar em programas com mais visibilidade e articular políticas com cidades vizinhas da região metropolitana. Outra pessoa próxima ao emedebista interpreta que a vitória em 2024 fez com que ele se sentisse mais “legitimado” a exercer essa liderança, já que antes ele havia chegado ao cargo como vice de Bruno Covas (PSDB), que faleceu de câncer em 2021.

Discurso linha dura

Desde que assumiu o novo mandato, Nunes tomou como prioridade a segurança pública. O movimento dialoga com o fato de que o assunto foi colocado como prioridade do próximo prefeito, segundo eleitores ouvidos pelo Datafolha, em agosto do ano passado. As menções ao tema que tradicionalmente não compete tanto ao gestor municipal superaram outros como educação, saúde e zeladoria. Em contrapartida, a segurança costuma ser um dos principais focos da campanha ao governo do estado, responsável pelas polícias civil e militar.

A cada semana, dobra a aposta na área com o fortalecimento da Guarda Civil Metropolitana (GCM) — que ele quer chamar de Polícia Municipal —, a criação de um “prisômetro” que contabiliza as detenções feitas após identificação do sistema de câmeras, a alocação de efetivos da guarda na Avenida Paulista, principal cartão-postal da cidade, e o investimento de mais equipes de segurança em escolas municipais. Ele também trocou o secretário, dando a chefia da pasta a Orlando Morando, ex-prefeito de São Bernardo do Campo.

A intenção é sobretudo aumentar a sensação de segurança da população, e o discurso contra a impunidade passou a fazer parte de entrevistas e compromissos públicos com frequência. Em conversa com jornalistas na terça, por exemplo, o emedebista afirmou que é preciso “penalizar o bandido e valorizar o policial”, criticou as “saidinhas” e a audiência de custódia e defendeu a redução da maioria penal para 16 anos. Em dado momento, apareceu dançando uma música numa formatura de guardas municipais que falava em jogar “gás de pimenta na cara dos vagabundos”.

— O policial tem que estar muito bem preparado, armado para correr atrás de bandido, respeitando evidentemente todas as questões de direitos humanos, dar uma abordagem correta, mas quanto a bandido, tem que ser pau para cima. A gente fica toda hora falando de segurança e amenizando, não tem que amenizar. Bandido tem que ser pau para cima, tem que prender, tem que ficar na cadeia, tem que ter uma pena maior, não pode ter essa mordomia, essa moleza — disse.

No caso de Derrite, chama a atenção que, desde o dia 12 de março, o secretário publicou sete vídeos nas redes sociais mostrando capturas de foragidos por meio do programa “Muralha Paulista”. O número de menções supera o todo o período anterior como secretário, que soma seis postagens, nenhuma delas contendo vídeos de criminosos abordados. Nesta semana, o ex-capitão da Rota apresentou o caso de El Salvador como um exemplo de política pública em evento do Progressistas, em Brasília.

— El Salvador, em 2019, tinha uma taxa de 38 homicídios para 100 mil habitantes. Olha quanto é hoje: 1,9. Claro que o Brasil é muito mais complexo, é um estado muito maior, existe uma série de limitações que não dá para fazer uma comparação tão simples assim. Agora, não dá para a gente falar que Pena Justa (programa do governo federal que trata de política prisional) vai resolver o problema da criminalidade, o desencarceramento em massa, dizer que o bandido é um coitadinho vítima da sociedade. A gente sabe que não é, então um caminho é a gente observar o que deu certo lá.

Bukele articulou um regime de exceção com o Parlamento no país da América Central que já dura três anos para combater o crime organizado. O estado de exceção permite prisões sem ordem judicial, suspende a liberdade de associação e o direito a habeas corpus e estende o período de prisão provisória. Relatório da Anistia Internacional publicado no primeiro ano da medida afirma que o estado de sítio decretado pelo presidente levou a “violações em massa dos direitos humanos” e detenções arbitrárias.

A pauta de segurança pública e o cargo em São Paulo já renderam visibilidade política a seus ocupantes no passado. Foi atuando na pasta que o ex-governador Luiz Antônio Fleury Filho se cacifou para suceder Orestes Quércia, em 1991. O ex-presidente Michel Temer (MDB) e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes também ocuparam o posto.

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/04/01/nunes-e-derrite-endurecem-discurso-sobre-seguranca-enquanto-tentam-se-cacifar-a-sucessao-de->

[tarcisio.ghtml](#)

Veículo: Online -> Portal -> Portal O Globo - Rio de Janeiro/RJ